



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

84

**ACÓRDÃO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº



\*03732994\*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Inquérito Policial nº 0033272-10.2008.8.26.0000, da Comarca de Osvaldo Cruz, em que sendo investigados VALTER LUIZ MARTINS (PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OSVALDO CRUZ), FERREIRA E TURRI CONSTRUÇÕES LTDA., JOVAN CONSTRUTORA LTDA, CONSTRUTORA GAMAED LTDA. e DARCY NUNES BERNARDES (DIRETOR DO DEPTO. DE LICITAÇÃO).

**ACORDAM**, em 15ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "DECRETARAM A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DOS INVESTIGADOS QUANTO AO DELITO PREVISTO NO ART. 90, DA LEI Nº 8.666/93, EM FACE DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, ARQUIVANDO-SE OS AUTOS COM RELAÇÃO AOS DEMAIS DELITOS, RESSALVADO O DISPOSTO NO ART. 18 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. V. U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores RIBEIRO DOS SANTOS (Presidente), CAMILO LÉLLIS, POÇAS LEITÃO E J. MARTINS.

São Paulo, 24 de novembro de 2011.

**MIGUEL MARQUES E SILVA**  
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**VOTO Nº: 11.626**

**INQUÉRITO POLICIAL Nº: 0033272-10.2008/00**

**COMARCA: Osvaldo Cruz**

**INVESTIGADO: VALTER LUIZ MARTINS (Prefeito do Município de Osvaldo Cruz) e OUTROS.**

Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar os crimes dos arts. 288, 298, 299 e 317 do Código Penal; arts. 90 e 96 da Lei nº 8.666/93; art. 1º, incisos V e VI, da Lei nº 9.613/98 e art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67, praticados, em tese, por VALTER LUIZ MARTINS, Prefeito Municipal de Osvaldo Cruz, em conluio com os funcionários públicos integrantes da Comissão de Licitações e com os responsáveis legais e gerentes da empresa FERREIRA E TURRI CONSTRUÇÕES LTDA.

A douta Procuradoria de Justiça requereu o arquivamento dos autos (fls. 551/556).

**É o breve registro.**

O presente inquérito foi instaurado visando apurar eventuais infrações aos arts. 288, 298, 299 e 317 do Código Penal; arts. 90 e 96 da Lei nº 8.666/93; art. 1º, incisos V e VI, da Lei nº 9.613/98 e art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67, praticados, em tese, por VALTER LUIZ MARTINS, Prefeito Municipal de Osvaldo



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE  
SÃO PAULO

Cruz, em conluio com os funcionários públicos integrantes da Comissão de Licitações e com os responsáveis legais e gerentes da empresa FERREIRA E TURRI CONSTRUÇÕES LTDA. Consta dos autos que o investigado teria se associado aos integrantes da Comissão de Licitação, dentre outros, para o cometimento de diversos crimes contra a Fazenda Pública Municipal de Osvaldo Cruz.

Com efeito, conforme bem enumerado pela douta Procuradora de Justiça a fls. 551/556, deve ocorrer o arquivamento dos autos com relação aos arts. 288, 317 e 333 do Código Penal, a fim de se evitar a litispendência, uma vez que os fatos tratados neste inquérito já são objeto de ações penais que se encontram em andamento, bem como, com relação aos arts. 96, da Lei nº 8.666/93, art. 1º, incisos V e VI, da Lei 9.613/98 e art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67, uma vez que não existem indícios suficientes de materialidade a indicar qualquer prática de infração delituosa por parte dos investigados.

Por fim, com relação ao crime do art. 90, da Lei 8.666/93, embora existam indícios suficientes de autoria e materialidade quanto a sua ocorrência, o último ato de fraude à

Voto nº 11626 – SGB- Inquérito Policial nº 0033272-10.2008/00 – Osvaldo Cruz



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE**  
**SÃO PAULO**

licitação ocorreu em 17.04.2002 (fls. 138/140), sendo certo que o crime em tela é punido de 02 a 04 anos de reclusão, e, portanto, conforme o art. 109, inciso IV, do Código Penal, o prazo prescricional é de 08 anos.

Assim, decorrido mais de 08 anos desde a data do fato criminoso até a presente data, deve ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva dos investigados quanto a este delito.

Posto isto, adoto o parecer da douta Procuradoria Geral de Justiça para decretar a extinção da punibilidade dos investigados quanto ao delito previsto no art. 90, da Lei nº 8.666/93, em face da prescrição da pretensão punitiva, arquivando-se os autos com relação aos demais delitos, ressalvado o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.

  
**MIGUEL MARQUES E SILVA**

**Relator**